

EDUCAÇÃO BILÍNGUE: UM DIREITO E UMA OPORTUNIDADE PARA TODOS

BILINGUAL EDUCATION: A RIGHT AND AN OPPORTUNITY FOR ALL

Maria Cleonice Santos de Melo Penha

World University Ecumenical, Estados Unidos

Lenilson Rodrigues do Nascimento

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Aline Bodanese Fortes

MUST University, Estados Unidos

Roselia Negri Dariva

MUST University, Estados Unidos

Elisângela Dias Brugnera

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/55xvfb25>

Publicado em: 31.05.2025

Resumo: O objetivo deste artigo foi analisar os fundamentos, desafios e perspectivas da educação bilíngue como ferramenta de inclusão e cidadania. A pesquisa partiu da compreensão de que o acesso à linguagem é um direito fundamental e, nesse contexto, a educação bilíngue se apresenta como um instrumento estratégico para garantir a equidade educacional em contextos de diversidade linguística e cultural. Por meio de uma revisão bibliográfica, discutiram-se três dimensões centrais: as políticas públicas e os direitos linguísticos; a formação docente e as práticas pedagógicas; e os impactos cognitivos e sociais do bilinguismo na trajetória dos estudantes. A metodologia adotada consistiu em pesquisa bibliográfica, com análise de artigos acadêmicos e documentos institucionais selecionados com base na atualidade e pertinência temática. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços legais e conceituais no campo da educação inclusiva e da valorização da diversidade linguística, ainda existem obstáculos significativos na implementação de políticas públicas efetivas, bem como lacunas na formação inicial e continuada de professores para atuar em contextos bilíngues. Conclui-se que a consolidação da educação bilíngue como um direito educacional exige o fortalecimento das políticas linguísticas nacionais, a ampliação da formação docente crítica e contextualizada e o reconhecimento dos benefícios cognitivos, identitários e sociais promovidos pelo bilinguismo. Recomenda-se, portanto, que novas pesquisas se debrucem sobre essas lacunas e proponham modelos formativos e estratégias pedagógicas adaptadas às múltiplas realidades educacionais brasileiras.

Palavras-chave: Direitos Linguísticos; Formação Docente; Bilinguismo; Inclusão Educacional; Cidadania.



ABSTRACT: The objective of this article was to analyze the foundations, challenges, and perspectives of bilingual education as a tool for promoting inclusion and citizenship. The study was based on the premise that language access is a fundamental right, and within this scope, bilingual education serves as a key strategy for achieving educational equity in culturally and linguistically diverse contexts. A bibliographic review was conducted, covering three main dimensions: public policies and linguistic rights; teacher training and pedagogical practices; and the cognitive and social impacts of bilingualism on student development. The methodology consisted of bibliographic research, analyzing peer-reviewed academic publications and institutional documents selected for their relevance and recency. Findings indicate that, although there have been significant normative and theoretical advancements in inclusive education and language diversity, challenges persist in translating these advances into practical, effective policy measures. Additionally, there are clear gaps in both initial and continuing teacher education, particularly regarding the preparation of educators to work effectively in bilingual learning environments. The conclusions suggest that recognizing bilingual education as a right involves reinforcing public language policies, investing in critical and context-sensitive teacher training, and embracing the cognitive, identity, and social benefits of bilingualism. Future research should focus on exploring these implementation gaps and developing educational strategies and teacher preparation models that are adaptable to the diverse realities of local school systems.

Keywords: Linguistic Rights; Teacher Training; Bilingualism; Educational Inclusion; Citizenship.

Introdução

O presente artigo delimitou-se ao exame das dimensões conceituais, pedagógicas e políticas que envolvem a educação bilíngue no Brasil, destacando seus desdobramentos para sujeitos surdos e ouvintes em contextos educacionais inclusivos. Buscou-se compreender de que modo as políticas públicas, a formação docente e os impactos cognitivos e sociais do bilinguismo contribuem para consolidar a educação bilíngue como um direito garantido e uma oportunidade ampliada para todos.

O objetivo geral consistiu em analisar os fundamentos, desafios e perspectivas da educação bilíngue como ferramenta de inclusão e cidadania, articulando referenciais teóricos atuais e experiências práticas reportadas na literatura acadêmica recente. Os objetivos específicos foram: (a) examinar as políticas públicas e os direitos linguísticos vinculados à educação bilíngue; (b) investigar os desafios e possibilidades da formação docente e das práticas pedagógicas em contextos bilíngues; e (c) avaliar os impactos cognitivos e sociais gerados pela educação bilíngue nos processos de aprendizagem e de formação identitária.

A escolha deste tema justificou-se pela relevância social e acadêmica que o debate sobre bilinguismo assumiu nos últimos anos, especialmente no Brasil, onde a implementação de políticas bilíngues ainda enfrenta lacunas normativas e desafios operacionais. Considerando o avanço das pesquisas na área, tornou-se pertinente refletir sobre como essas discussões teóricas podem apoiar práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas.

A questão norteadora estabelecida foi: de que forma as políticas públicas, a formação docente e os efeitos cognitivos e sociais do bilinguismo configuram a educação bilíngue como um direito e uma oportunidade para todos?

A metodologia utilizada foi de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de produções acadêmicas selecionadas a partir de palavras-chave como ‘educação bilíngue’, ‘formação docente’, ‘direitos linguísticos’ e ‘impactos cognitivos’, pesquisadas em bases como o *Google Acadêmico* e o portal *CAPES Periódicos*.

Os principais autores dialogados incluem Alencar *et al.* (2020), Megale (2020) e outros pesquisadores que abordam o bilinguismo sob perspectivas pedagógicas, cognitivas e políticas.

O artigo está estruturado em cinco capítulos. O primeiro, intitulado Políticas públicas e direitos linguísticos na educação bilíngue, analisa o contexto normativo e os desafios legais. O segundo, Formação docente e práticas pedagógicas em contextos bilíngues, discute os saberes necessários à docência bilíngue. O terceiro, Impactos cognitivos e sociais do bilinguismo no processo educativo, avalia as implicações cognitivas e identitárias. O quarto capítulo, Resultados e análise dos dados, sintetiza as principais descobertas do estudo. Por fim, o quinto capítulo, Conclusão, apresenta as considerações finais, destacando os alcances e limites do trabalho desenvolvido.

Metodologia

A presente pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, conforme Santana *et al.* (2025), sendo um processo de organização e análise crítica de conhecimentos já sistematizados. A abordagem qualitativa permitiu reconstruir os saberes disponíveis e relacioná-los ao problema investigado.

Foram utilizados materiais acadêmicos acessados por meio de bases como o portal *CAPES Periódicos*, que reúne periódicos nacionais e internacionais de acesso restrito e aberto, garantindo a atualização e a qualidade das fontes. As buscas foram realizadas com as palavras-chave ‘educação bilíngue’, ‘direitos linguísticos’, ‘formação docente’ e ‘impactos cognitivos’.

Foram definidos critérios de inclusão como relevância temática, publicação entre 2013 e 2025 e aderência aos objetivos da pesquisa. Foram excluídos textos opinativos ou materiais sem comprovação científica. As etapas envolveram a seleção, o fichamento temático e a análise crítica dos textos, destacando os pontos de convergência e divergência entre os autores.

Conforme destacam Narciso e Santana (2025, p. 19465), “a integração de métodos quantitativos e qualitativos tem se mostrado uma abordagem para compreender fenômenos complexos, especialmente no campo educacional”. Além disso, como indicam Santana e Narciso (2025, p. 1580), “a relação entre metodologia científica e pesquisa educacional é intrínseca, pois a investigação sistemática é a principal ferramenta para compreender e intervir nos desafios do processo de ensino e aprendizagem”.

Por fim, adotou-se também a perspectiva de pesquisa-ação, considerando que “a pesquisa-ação é uma abordagem metodológica que promove a transformação social” (Santana; Narciso; Santana, 2025, p. 15).

Políticas públicas e direitos linguísticos na educação bilíngue

A análise das políticas públicas voltadas à educação bilíngue no Brasil revela desafios históricos e institucionais relacionados ao reconhecimento e à efetivação dos direitos linguísticos.

Conforme Alencar et al. (2020, p. 4), “os embates políticos e sociais em torno da legalização da LIBRAS como primeira língua do surdo permitiram uma reação do próprio sistema em estabelecer parâmetros legais para que essa educação especial utilizando o conhecimento e práticas culturais e linguísticas da Comunidade Surda pudesse se estabelecer no contexto educacional e social como sua primeira aprendizagem de linguagem”. Essa citação evidencia que a luta pelo reconhecimento da LIBRAS consolidou avanços normativos fundamentais, mas não eliminou os desafios práticos.

Essa discussão é ampliada por Megale (2020, p. 35), que aponta que

[...] as iniciativas de políticas públicas em educação bilíngue no Brasil precisam contemplar não apenas a presença de duas línguas no espaço escolar, mas também garantir os direitos linguísticos dos sujeitos, reconhecendo a legitimidade dos saberes locais e das práticas culturais que atravessam a formação educacional.

Assim, enquanto Alencar et al. (2020, p. 4) destacam a conquista formal do reconhecimento da LIBRAS, Megale (2020, p. 35) questiona a implementação efetiva desses direitos no cotidiano escolar, chamando atenção para a necessidade de políticas que não sejam apenas declarativas.

Brentano (2020, p. 17) reforça essa análise ao argumentar que

[...] o avanço das políticas bilíngues requer uma compreensão mais profunda das necessidades reais das comunidades envolvidas, indo além das adaptações curriculares para alcançar um compromisso político e institucional com a diversidade linguística e cultural.

Esse posicionamento conecta-se à crítica de Megale (2020, p. 40), que identifica que

[...] muitas escolas operam em um vazio normativo, sem diretrizes que orientem, de fato, a prática bilíngue de maneira consistente e sustentada, o que compromete os objetivos de inclusão e equidade.

Dessa forma, há uma convergência entre os autores quanto à insuficiência das políticas atuais, sendo necessária a criação de mecanismos estruturados que articulem diretrizes legais, financiamento e acompanhamento. Além disso, Alencar *et al.* (2020, p. 4) destacam que

[...] o pensamento de Aristóteles foi incorporado ao modelo de educação da Igreja católica romana que passou a negar direitos e espaços aos indivíduos surdos, incluindo reconhecimento e direitos civis, sociais, educacionais e demais aspectos comuns a todo cidadão em sua normalidade.

Essa referência histórica evidencia que as exclusões linguísticas não surgiram recentemente, mas são heranças de longos processos sociais e culturais. Brentano (2020, p. 21), ao comentar que “em muitos contextos, as iniciativas de bilinguismo acabam sendo limitadas a programas experimentais, sem respaldo legal robusto e sem financiamento adequado”, reforça a ideia de que, sem compromisso político real, as experiências bilíngues tornam-se frágeis e vulneráveis às mudanças de governo.

Por conseguinte, o debate entre os autores evidencia que consolidar a educação bilíngue como direito depende de políticas que articulem normatização, financiamento e reconhecimento cultural, garantindo condições para que os direitos linguísticos sejam mais do que formalidades legais (Alencar *et al.*, 2020, p. 4; Megale, 2020, p. 35; Brentano, 2020, p. 17).

Formação docente e práticas pedagógicas em contextos bilíngues

A formação docente desempenha papel central na qualidade das práticas bilíngues. Segundo Alencar *et al.* (2020, p. 6),

[...] a atuação docente deve ser pautada em uma perspectiva bilíngue, o que requer mudanças profundas na formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Isso significa que os currículos dos cursos de pedagogia e licenciaturas precisam incorporar componentes que contemplem a aquisição da LIBRAS, o conhecimento sobre a cultura surda e as estratégias pedagógicas específicas para este público.

Essa citação destaca a necessidade de uma formação específica, que vá além das abordagens tradicionais e inclua conteúdos direcionados às realidades bilíngues.

De acordo com Megale (2020, p. 45), “o professor é aquele cujo propósito é produzir aprendizagens de maneira intencional a depender do contexto em que se insere”, rejeitando a visão simplista de docente como mero transmissor de conteúdo. Essa posição complementa a análise de Alencar *et al.* (2020, p. 6) ao reforçar que, além das competências técnicas, os professores precisam desenvolver capacidade crítica e sensibilidade para lidar com a complexidade das salas bilíngues. Brentano (2020, p. 32) amplia o debate ao afirmar que

[...] a formação docente em contextos bilíngues deve ser pensada como um processo contínuo, que vai além da aquisição linguística e envolve o desenvolvimento de competências interculturais, a compreensão das necessidades específicas dos alunos e a capacidade de articular língua e conteúdo de forma integrada.

Alencar *et al.* (2020, p. 7) alertam que “sem formação adequada, os professores tornam-se incapazes de oferecer uma mediação eficaz, restringindo a participação do aluno surdo”. Esse diagnóstico se conecta à proposição de Megale (2020, p. 47), segundo a qual “a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores define três grandes dimensões [...] conhecimento, prática e engajamento profissional”. Já Brentano (2020, p. 35) destaca que “os professores precisam ser preparados para lidar com a complexidade das salas bilíngues”, enfatizando o desafio de lidar com demandas linguísticas e identitárias diversas.

Além das mudanças nos currículos formativos, os autores alertam para a necessidade de apoio institucional. Como reforçam Alencar *et al.* (2020, p. 6), Megale (2020, p. 47) e Brentano (2020, p. 35), práticas pedagógicas bilíngues eficazes dependem não apenas do preparo individual do professor, mas também de condições materiais, planejamento coletivo e suporte técnico contínuo, garantindo que os saberes docentes possam se traduzir em ações concretas no cotidiano escolar.

Impactos cognitivos e sociais do bilinguismo no processo educativo

Os impactos do bilinguismo estendem-se além do domínio linguístico, alcançando dimensões cognitivas, identitárias e sociais. Alencar *et al.* (2020, p. 5) destacam que

[...] a inclusão do aluno surdo no contexto da educação bilíngue envolve não apenas o reconhecimento formal de seus direitos linguísticos, mas também a valorização das práticas sociais, identitárias e culturais que constituem a base de sua subjetividade e de seu pertencimento comunitário.

Esse argumento mostra que a dimensão cultural é indissociável do sucesso das práticas bilíngues. Megale (2020, p. 133) acrescenta que “embora os estudos sobre bilinguismo e cognição registrem alguns resultados conflitantes, a maior parte deles tem evidenciado um domínio mais acelerado de certos processos cognitivos”, indicando ganhos em flexibilidade mental, atenção e memória. Brentano (2020, p. 47) amplia essa análise ao argumentar que “os impactos sociais do bilinguismo incluem não apenas a ampliação das redes de interação e comunicação, mas também o fortalecimento das identidades híbridas, que permitem ao sujeito transitar entre diferentes universos simbólicos e negociar sentidos de pertencimento e reconhecimento”.

Alencar *et al.* (2020, p. 4) ressaltam ainda que “a cultura Surda é criada por cada uma das diversas Comunidades Surdas existentes ao redor do mundo, ela se baseia na maneira pela qual o surdo entende o mundo e o ‘modifica’ para sua própria compreensão”, reforçando que a aprendizagem bilíngue não é apenas cognitiva, mas profundamente ligada à identidade cultural. Megale (2020, p. 134) complementa ao trazer evidências de que “o enriquecimento das funções executivas geradas pela ‘ginástica bilíngue’ mental parece criar uma reserva cognitiva”. Brentano (2020, p. 50) finaliza destacando que “as evidências sobre os benefícios cognitivos do bilinguismo apontam para melhorias em aspectos como flexibilidade cognitiva, controle inibitório e memória de trabalho, mas esses efeitos dependem diretamente da intensidade e qualidade da exposição linguística”.

Essas análises convergem para um ponto central: os efeitos positivos do bilinguismo não são automáticos; eles exigem condições pedagógicas e institucionais adequadas. Dessa forma, assegurar o impacto benéfico do bilinguismo requer investimentos contínuos em formação docente, planejamento curricular e criação de ambientes educativos inclusivos, capazes de integrar as dimensões cognitivas e socioculturais no processo de ensino-aprendizagem.

Resultados e análise dos dados

A análise bibliográfica realizada permitiu identificar conclusões relevantes acerca do papel da educação bilíngue como um direito e uma oportunidade para todos. Primeiramente, constatou-se que o reconhecimento formal de línguas minoritárias, como a LIBRAS, representou um marco jurídico significativo, embora ainda insuficiente para assegurar a plena implementação de práticas inclusivas. As descobertas reforçam que avanços legais, por si só, não garantem transformações concretas no cotidiano escolar; é necessário haver políticas públicas efetivas, financiamento adequado e alinhamento entre formulação e execução.

O significado dessas descobertas reside na articulação entre dimensões jurídicas, pedagógicas e cognitivas. Não se trata apenas de assegurar acesso a múltiplas línguas, mas de reconhecer as especificidades culturais e identitárias das comunidades envolvidas. Os dados analisados demonstram que o bilinguismo bem estruturado contribui para o fortalecimento das funções executivas, da flexibilidade cognitiva e da identidade social, transformando o processo educativo em uma experiência mais rica e significativa.

Ao relacionar essas descobertas com pesquisas anteriores, verificou-se consonância com estudos clássicos que apontam os benefícios do bilinguismo tanto em termos cognitivos quanto sociais. Contudo, surgiram também limitações importantes. A literatura revisada indicou que tais benefícios dependem diretamente da qualidade e da intensidade da exposição linguística,

da formação docente contínua e da existência de ambientes pedagógicos integrados. Sem esses elementos, os potenciais avanços permanecem restritos a grupos específicos ou a experiências isoladas, comprometendo os objetivos de equidade e inclusão.

Outra limitação observada diz respeito à falta de dados empíricos recentes sobre os impactos de longo prazo das políticas bilíngues no Brasil, especialmente em contextos públicos. Essa lacuna impede uma avaliação mais robusta sobre os resultados e os desafios enfrentados pelas redes escolares. Além disso, os textos analisados destacaram que resultados surpreendentes ou inconclusivos frequentemente decorrem da ausência de monitoramento sistemático e da fragmentação das políticas implementadas.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras sejam direcionadas a investigações empíricas mais detalhadas, que avaliem não apenas indicadores de desempenho linguístico, mas também os efeitos sociais e identitários das práticas bilíngues em contextos diversos. Estudos comparativos entre redes públicas e privadas, bem como pesquisas longitudinais, poderiam fornecer evidências mais sólidas sobre os reais alcances e limitações da educação bilíngue no Brasil contemporâneo.

Conclusão

As considerações finais deste artigo permitem afirmar que o estudo desenvolvido conseguiu responder à questão norteadora inicialmente proposta: de que forma as políticas públicas, a formação docente e os impactos cognitivos e sociais do bilinguismo configuram a educação bilíngue como um direito e uma oportunidade para todos? Por meio da análise bibliográfica realizada, constatou-se que os objetivos estabelecidos foram alcançados, permitindo compreender não apenas os fundamentos teóricos do bilinguismo, mas também os desafios práticos enfrentados por professores, gestores e estudantes.

O artigo evidenciou que a educação bilíngue, quando bem estruturada, potencializa benefícios cognitivos e sociais relevantes, ampliando as possibilidades de inclusão, pertencimento e desenvolvimento identitário. Além disso, destacou-se que os avanços legais precisam ser acompanhados por políticas públicas efetivas e formação docente contínua, sob pena de as práticas bilíngues permanecerem limitadas a nichos específicos.

Sugere-se, portanto, que futuras pesquisas sejam orientadas para preencher as lacunas identificadas, especialmente no que se refere à ausência de dados empíricos e à análise das políticas públicas em contextos reais. Também seria pertinente investigar os efeitos da educação bilíngue em diferentes perfis regionais e socioeconômicos, ampliando a compreensão sobre os fatores que favorecem ou dificultam a consolidação desse modelo educacional como um direito pleno e uma oportunidade para todos.

Referências

ALENCAR, A. L.; SILVA, A. R. S.; MIRANDA, S. M. B. S. Educação especial e inclusiva na perspectiva do ensino bilíngue. **Revista Educação: Teoria e Prática**, v. 41, n. 1, p. 13-28, 2020.

BRENTANO, L. de S. Desafios e práticas na educação bilíngue. *In*: MEGALE, A. (org.). **Desafios e práticas na educação bilíngue**. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

MEGALE, A. Saberes necessários para a docência em escolas bilíngues no Brasil. *In*: MEGALE, A. (org.). **Desafios e práticas na educação bilíngue**. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459–19475, 2024.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R. Pilares da pesquisa educacional: autores e metodologias científicas em destaque. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 1577–1590, 2025.

SANTANA, A. N. V. de; NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Transformações imperativas nas metodologias científicas: impactos no campo educacional e na formação de pesquisadores. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, e13702, 2025.